



SEMIOSE INFORMACIONAL NA AMAZÔNIA PARAENSE: A PLACA DO AÇAÍ COMO SIGNO MEDIADOR DA INFORMAÇÃO


The açai signboard as an informational mediator: a semiotic analysis in
light of Peirce's trichotomy

Jetur Lima de Castro

Universidade Estadual Paulista, Departamento de Ciência da Informação, Marília, Brasil
jetur.castro@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0002-9983-136X> 

Alessandra Nunes de Oliveira

Universidade Estadual Paulista, Departamento de Ciência da Informação, Marília, Brasil
alessandra.nunes@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0002-7662-5686> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Analisar a placa de açai como signo mediador da informação no contexto amazônico paraense que busca compreender de que modo um artefato visual cotidiano articula dimensões sensoriais, culturais e comunicacionais, constituindo-se mediador na circulação de sentidos.

Método: A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e documental, de natureza narrativo-interpretativa, fundamentada na análise semiótica de orientação peirceana. O corpus empírico foi constituído por cinco registros fotográficos de placas de açai localizadas em diferentes pontos de Belém, examinados segundo as três tricotomias de Peirce (qualissigno–sinsigno–legissigno; ícone–índice–símbolo; rema–dicente–argumento). A investigação integrou descrição documental, interpretação narrativa e análise semiótica.

Resultado: Observou-se que a placa de açai atravessa a sua função comercial e se apresenta em signo informacional impregnado de significações sociais. O vermelho predominante atua como qualissigno sensorial e ícone do fruto; sua presença física configura o sinsigno e o índice da oferta; e sua recorrência consolida o legissigno e o símbolo cultural que normatiza a leitura coletiva do sinal. O percurso interpretativo, do rema ao argumento, demonstra um processo informacional que se inicia na percepção sensível e culmina na convenção socialmente estabilizada.

Conclusões: Constatou-se que a placa de açai expressa uma mediação enraizada na cultura local, em que o signo atua como elo entre experiência, fato e lei, articulando dimensões estética, pragmática e simbólica do cotidiano amazônico. Evidenciou-se que a semiótica peirceana constitui instrumento teórico-metodológico consistente para a Ciência da Informação, ao permitir compreender a informação como fenômeno relacional, situado e culturalmente mediado, ampliando o campo de análise para além das instituições formais.

PALAVRAS-CHAVE: Semiótica; Mediação da informação; Signo; Cultura amazônica; Placa de açai.

ABSTRACT

Objective: To analyze the açai signboard as an informational mediating sign in the Amazonian context of Pará, seeking to understand how an everyday visual artifact articulates sensory, cultural, and communicational dimensions, establishing itself as a mediator in the circulation of meanings.

Method: The research is characterized as qualitative and documentary, of a narrative-interpretative nature, grounded in semiotic analysis based on Peircean theory. The empirical corpus consisted of five photographic records of açai signboards located in different areas of Belém, examined according to Peirce's three trichotomies (qualisign–sinsign–legisign; icon–index–symbol; rheme–dicent–argument). The investigation integrated documentary description, narrative interpretation, and semiotic analysis.

Results: It was observed that the açai signboard transcends its commercial function and manifests as an informational sign imbued with social meanings. The predominant red functions as a sensory qualisign and an icon of the fruit; its physical presence constitutes the sinsign and the index of the offer; and its recurrence consolidates the legisign and the cultural symbol that standardizes the collective reading of the sign. The interpretive path, from rheme to argument, demonstrates an informational process that begins with sensory perception and culminates in a socially stabilized convention.

Conclusions: It was found that the açai signboard expresses an informational mediation rooted in local culture, in which the sign operates as a link between experience, fact, and law, articulating the aesthetic, pragmatic, and symbolic dimensions of Amazonian daily life. The study demonstrated that Peircean semiotics constitutes a consistent theoretical-methodological tool for Information Science, as it enables understanding information as a relational, situated, and culturally mediated phenomenon, expanding the analytical field beyond formal institutions.

KEYWORDS: Semiotics; Information mediation; Sign; Amazonian culture; Açai signboard.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa insere-se no campo da Ciência da Informação, com ênfase na análise da placa de açai como signo mediador da informação. Busca-se compreender de que modo um artefato visual, inscrito no cotidiano amazônico paraense, articula dimensões sensoriais, culturais e comunicacionais, constituindo-se mediador na circulação social de sentidos. Para tanto, adota-se a semiótica de Peirce (2005) como referencial teórico-analítico, em articulação com os estudos de mediação da informação, a fim de evidenciar que a significação e a mediação se realizam também nas práticas culturais que estruturam a experiência social.

Nesse sentido, a escolha da placa de açai como objeto empírico justifica-se por sua relevância comunicacional e cultural no contexto paraense. Observa-se que tal artefato, de produção artesanal e aparência simples, extrapola a função comercial e adquire valor expressivo na paisagem urbana. A placa, ao mesmo tempo em que anuncia a venda do fruto, constitui-se em signo socialmente reconhecido, cuja permanência e repetição revelam um código coletivo de identificação.

Assim, compreende-se que objetos ordinários podem integrar-se à organização semântica da vida cotidiana, atuando como mediadores informacionais. Nessa direção, Maffesoli (2001) indica que as sociedades se estruturam em torno de signos que conferem coesão social, e Castro (2015) destaca que os elementos da vida comum funcionam como mediadores intersubjetivos, capazes de articular memória e identidade.

Além disso, a análise do objeto evidencia desafios semelhantes aos observados em outros contextos de produção e circulação da informação, marcados pela necessidade de validação social dos sentidos, pelas disputas discursivas e pela multiplicidade interpretativa. Em períodos de transformação cultural, a proliferação de signos e imagens pode reforçar pertencimentos ou gerar ambiguidades.

No contexto amazônico paraense, a placa de açaí materializa um processo informacional que ultrapassa a função denotativa do signo comercial. Ao enunciar o produto, reitera códigos culturais, projeta linguagens híbridas e inscreve práticas sociais que sustentam formas específicas de sociabilidade local. Tal manifestação pode ser compreendida à luz da concepção de Hall (2003), segundo a qual as identidades se apresentam como construções discursivas mediadas por sistemas de representação, e da leitura de Canclini (2008), que reconhece nas práticas culturais populares expressões híbridas oriundas da articulação entre oralidade, visualidade e materialidade. Assim, o signo não apenas comunica, mas institui relações de pertencimento e reconhecimento no espaço social amazônico.

Essas dinâmicas apontam a necessidade de reexaminar o conceito de mediação da informação sob a ótica de práticas culturais situadas. Ao deslocar-se o foco das instituições formais, como bibliotecas, arquivos e centros documentais, para as experiências informacionais produzidas no cotidiano, reconhece-se que a informação não se restringe a dados ou registros, mas envolve códigos expressivos que estruturam interações sociais.

Por isso, a placa de açaí vai além do objeto físico e torna-se um signo social, reunindo vivências de pertencimento e reforçando identidades culturais. De acordo com Almeida Júnior (2009; 2015), a mediação da informação caracteriza-se como processo relacional, no qual os sujeitos constroem sentidos a partir de seus repertórios culturais. Em complemento, Perez e Trindade (2020) observam que a mediação constitui prática intersubjetiva que organiza a produção e a circulação de significados nas comunidades interpretativas.

Nessa direção, a aplicação da semiótica peirceana, em suas três tricotomias (qualissigno, sinsigno e legissigno; ícone, índice e símbolo; rema, dicente e argumento), possibilita a compreensão do percurso pelo qual a qualidade sensível, a relação com o objeto e o processo interpretativo transformam-se em convenção cultural. Tal integração demonstra que a significação da placa de açaí resultante da articulação entre percepção, experiência e regra social, dimensões nas quais o signo se constitui como mediador da informação.

Considerando o exposto, infere-se que a convergência entre a semiótica e os estudos de mediação da informação estabelece o arcabouço teórico que fundamenta a análise proposta. Ambas as vertentes compartilham o princípio de que o signo constitui instância mediadora entre a experiência sensível e a elaboração do conhecimento, entre os processos perceptivos e as estruturas culturais que os condicionam.

Ao apreender-se a placa de açaí como signo mediador da informação, compreende-se que a significação não reside apenas na materialidade visual do objeto, mas se realiza nas práticas discursivas que o inserem em uma tessitura de sentido própria do cotidiano amazônico paraense. Dessa forma, busca-se situar o referido signo em uma rede de relações informacionais e culturais, na qual se entrecruzam dimensões epistemológicas, comunicacionais e sociais que apresentam a experiência informacional como prática mediada.

O artigo estrutura-se em sete seções principais das quais, a primeira introduz a problemática. A segunda descreve os procedimentos metodológicos adotados. A terceira contextualiza cultural e historicamente o objeto empírico, examinando o papel do açaí e de sua placa na configuração simbólica da cultura paraense. A quarta apresenta o referencial teórico sobre as três tricotomias de Peirce, seguido, na quinta, pela discussão conceitual da mediação da informação à luz das categorias semióticas. A sexta seção desenvolve a análise e interpretação dos resultados, aplicando o modelo peirceano à leitura da placa de açaí, e, por fim, a sétima seção apresenta as conclusões, ressaltando as implicações teóricas e culturais do estudo para o campo da Ciência da Informação.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e documental, de natureza narrativo-interpretativa, delineada por Clandinin e Connelly (2000) e Riessman (2008), e fundamentada na análise semiótica de Peirce (2005). Essa perspectiva visa apreender o signo em sua dimensão simbólica e cultural, reconhecendo na placa de açaí um objeto informacional cujo significado decorre das relações entre percepção, experiência e convenção social.

O método qualitativo foi eleito por possibilitar a compreensão dos sentidos produzidos nas manifestações visuais em seus contextos de circulação. A pesquisa documental, por sua vez, funda-se na análise de registros visuais concebidos como documentos informacionais, nos quais se inscrevem práticas culturais e comunicacionais próprias do cotidiano amazônico. A incorporação do método narrativo não se propõe à subjetividade pessoal, mas à integração entre observação empírica e construção interpretativa, de modo que a experiência vivida funcione como mediação de leitura do fenômeno informacional.

Para tanto, o corpus empírico compreende cinco registros fotográficos de placas de açaí, selecionados segundo critérios de recorrência, diversidade formal e relevância simbólica. Esses registros documentam distintas formas de materialização do signo no espaço urbano de Belém, permitindo observar variações cromáticas, técnicas e contextuais que traduzem o modo como o signo se estabiliza na cultura local.

Desta forma, o percurso analítico estruturou-se em três movimentos. O primeiro consistiu na descrição documental das imagens, observando material, técnica e cromatismo como elementos constitutivos da primeiridade do signo, isto é, o nível sensível e qualitativo da experiência. O segundo movimento correspondeu à interpretação semiótica segundo o modelo triádico de Peirce (2005), contemplando as tricotomias qualissigno–sinsigno–legissigno, ícone–índice–símbolo e rema–dicente–argumento. Essa etapa visou explicitar o processo de passagem da qualidade à convenção, evidenciando o percurso de significação que sustenta a estabilidade do signo cultural.

No terceiro movimento, realizou-se a articulação teórico-interpretativa entre os resultados da análise semiótica e o conceito de mediação da informação, conforme delineado por Almeida Júnior (2009) e Santaella (2012). Essa integração possibilitou compreender a placa de açaí como dispositivo informacional e simbólico de comunicação e pertencimento, no qual a informação se constitui como prática cultural, socialmente situada e intersubjetivamente compartilhada

Diferentemente das abordagens descritivas de análise de conteúdo, a análise semiótica como método de base peirceana busca compreender o signo como processo relacional e histórico. Essa perspectiva, ainda pouco explorada no campo da Ciência da Informação, amplia o escopo analítico ao reconhecer nas formas sensíveis e nas experiências cotidianas modos legítimos de produção e circulação da informação.

Por conseguinte, a metodologia adotada articula descrição documental, narrativa interpretativa e análise semiótica em uma mesma atividade investigativa, possibilitando compreender a placa de açaí como signo mediador da informação, expressão da vida amazônica e testemunho das formas culturais de significar o mundo.

3 A PLACA DE AÇAÍ NO CONTEXTO DA CULTURA PARAENSE

A cultura amazônica paraense revela-se profundamente atravessada pelas interações estabelecidas entre os sujeitos e os elementos naturais que compõem o

cotidiano regional. Entre tais elementos, o açaí ocupa lugar central na constituição da identidade coletiva do Estado do Pará, configurando-se não apenas como fruto amplamente consumido, mas, sobretudo, como marcador cultural dotado de significados que expressam pertencimento, tradição e sociabilidade.

Do ponto de vista histórico, o cultivo, a extração e a comercialização do açaí delinearão práticas simultaneamente econômicas e culturais, conformando redes de trabalho e de significação que se perpetuam ao longo de gerações. A cadeia produtiva do fruto evidencia a atuação de múltiplos agentes sociais: desde os extrativistas que realizam a colheita nas palmeiras, passando pelos responsáveis pela logística de transporte a partir das ilhas em direção a Belém, em embarcações de pequeno e médio porte, até os vendedores que, nas feiras e pontos de venda, realizam o processamento e a oferta do produto, geralmente como proprietários de pequenos negócios que representam a fase final da circulação comercial do açaí.

Nesse contexto, a expressão popular “bater o açaí” designa o processo de despulpamento do caroço, o qual, após ser transportado em paneiros provenientes das ilhas circunvizinhas, é processado e ofertado no espaço simbólico e econômico da tradicional Feira do Açaí. Tal etapa mobiliza equipamentos mecânicos conhecidos como despulpadeiras ou bateadeiras, destinados à separação da polpa do caroço, de modo a tornar o produto imediatamente apto ao consumo.

Como se observa na Figura 1, a etapa conclusiva da circulação material do fruto é representada pela comercialização direta ao consumidor final, realizada pela venda por litro e comumente acondicionada em sacos plásticos, assegurando a chegada do açaí às residências urbanas e a sua incorporação nas refeições cotidianas que caracterizam a culinária paraense.

Figura 1 – Polpa do açaí para venda



Fonte: Açaí Du mega, 2025.

No âmbito do repertório alimentar amazônico, a polpa de açaí apresenta múltiplas possibilidades de consumo, podendo ser acompanhada por farinha de mandioca ou tapioca, servida com ou sem adição de açúcar e frequentemente associada a fontes proteicas como peixe frito, camarão seco ou carne salgada, conformando uma refeição típica da região, seja no almoço ou no jantar. Já processado na forma de polpa, o fruto circula de maneira constante entre mesas domésticas, feiras populares e diferentes espaços urbanos, tornando-se elemento cultural cuja materialidade se articula à dimensão simbólica.

Antes de alcançar a esfera do consumo familiar, contudo, a etapa da comercialização adquire também relevância cultural, uma vez que se configura como momento de circulação socialmente reconhecido e marcado por signos próprios do contexto amazônico. Entre esses signos, destaca-se a tradicional placa de açaí, recurso comunicativo que, ao sinalizar a disponibilidade do fruto, organiza a interação entre vendedores e consumidores, mediando práticas de compra e venda e consolidando-se como marcador identitário local.

A confecção da placa, em sua forma mais recorrente, dá-se por meio de processos artesanais, utilizando chapas de alumínio ou outros materiais rígidos que, pintados manualmente na cor vermelha, produzem um padrão visual amplamente reconhecido pela população. Na maioria dos casos, a inscrição da palavra “AÇAÍ” em letras brancas, também feita de maneira artesanal, potencializa a função comunicativa do objeto, conferindo-lhe visibilidade e permitindo o reconhecimento imediato à distância, o que reforça tanto sua dimensão pragmática quanto sua carga simbólica na paisagem urbana.

Figura 2 – Placa de açaí



Fonte: Governo do Estado do Pará, 2025.

A configuração material da placa apresenta-se predominantemente em formato retangular ou quadrado, com dimensões que variam de acordo com o ponto de venda e as condições de produção artesanal. Observam-se, igualmente, casos em que a peça assume caráter monocromático, como ilustrado na Figura 3, sendo inteiramente pintada na cor vermelha, sem a presença de qualquer inscrição textual.

Ainda assim, o reconhecimento de seu significado é amplamente assegurado pela comunidade, o que evidencia a existência de uma comunicação não verbal ancorada no repertório cultural amazônico e sustentada por códigos coletivos de percepção e interpretação.

Figura 3 – Placa de açaí monocromática



Fonte: Alcinéa Cavalcante, 2013.

Além disso, esse artefato, para além de sua função pragmática de indicar a disponibilidade do produto, constitui-se como forma de informação visual e simbólica profundamente enraizada no cotidiano paraense. Disposta, em geral, nas fachadas das residências, em esquinas ou em pontos estrategicamente selecionados, a placa orienta a circulação de moradores e transeuntes, funcionando como sinal de fácil reconhecimento que organiza a dinâmica da comercialização. Ao término da jornada de trabalho, a retirada do objeto e seu consequente armazenamento passam a desempenhar, igualmente, papel comunicativo, sinalizando de modo inequívoco o encerramento das atividades de venda.

Particularmente durante o período de alta safra, compreendido entre os meses de agosto e novembro, observa-se a extensão das práticas de comercialização para o período noturno, circunstância em que a placa recebe adaptações específicas. Nesse contexto, a substituição ou complementação do artefato por garrafas plásticas pintadas na cor

vermelha, contendo em seu interior uma lâmpada, revela um expediente largamente difundido. A luminosidade resultante, caracterizada por um tom avermelhado, assegura a visibilidade do sinal a longas distâncias e constitui um código culturalmente estabilizado: luz acesa indica a presença de açaí disponível para consumo, ao passo que luz apagada remete ao encerramento da oferta ou ao fechamento do ponto de venda.

Figura 4 – Placa noturna luminosa de açaí



Fonte: Aliança açaí, 2019.

A Figura 4 evidencia a presença concomitante de uma placa luminosa e de uma placa confeccionada em alumínio; entretanto, em diversos estabelecimentos observa-se a utilização exclusiva da placa luminosa como recurso indicativo da comercialização de açaí durante o período noturno, uma vez que a coloração vermelha, perceptível a longas distâncias, já comunica de forma inequívoca ao consumidor que o ponto de venda se encontra em funcionamento.

Outro exemplo dessa prática pode ser identificado no uso da garrafa plástica iluminada, recurso amplamente incorporado ao repertório local como sinal convencional, cuja luminosidade noturna assegura a visibilidade do produto ofertado e reafirma a estabilização de códigos culturais de reconhecimento.

Figura 5 – Placa noturna luminosa de açaí



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A materialidade e a dimensão cultural da placa indicam sua relevância enquanto recurso de mediação comunicacional no espaço social paraense, assumindo a condição de instância liminar entre o momento da oferta e o do consumo.

Como signo visual, estabelece vínculos entre produtores, comerciantes e consumidores, constituindo-se em dispositivo que condensa práticas informativas e simbólicas. Essa inserção, marcada pela tradição local, suscita a necessidade de compreender de modo mais abrangente os processos pelos quais os signos intervêm na construção de sentidos coletivos.

4 AS TRÊS TRICOTOMIAS PEIRCEANAS E A ARQUITETURA DO SIGNO

Para compreender a análise dos signos no contexto cultural amazônico paraense, torna-se necessário recorrer à teoria semiótica desenvolvida por Charles Sanders Peirce (2005). A semiótica, concebida pelo autor como ciência geral dos signos, busca elucidar de que modo algo pode representar outra coisa para alguém em determinado contexto, instaurando, assim, um processo de significação que é, ao mesmo tempo, relacional e infinito. Nessa perspectiva, o signo não se reduz a um objeto estático, mas constitui-se como mediação simbólica que conduz o pensamento, orienta a interpretação e produz sentido.

Peirce (2005, p. 74) define signo como “qualquer coisa que conduz alguma outra coisa (seu interpretante) a referir-se a um objeto ao qual ela mesma se refere (seu objeto), de modo idêntico, transformando-se o interpretante, por sua vez, em signo, e assim sucessivamente, *ad infinitum*”. Em outra formulação, complementa: “um signo, ou representamen, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido” (Peirce, 2005, p. 47). Essas definições evidenciam a natureza triádica do processo sígnico, que envolve simultaneamente o objeto, o representamen e o interpretante, instaurando uma cadeia contínua de mediação e interpretação.

Ao explicitar que o signo conduz um interpretante a se referir a um objeto, Peirce (2005) ressalta a natureza relacional da significação, afastando-se de concepções dicotômicas. Nessa direção, Santaella (2012, p. 90) esclarece que “o signo é uma coisa que representa uma outra coisa: seu objeto. Ele só pode funcionar como signo se carregar esse poder de representar, substituir uma outra coisa diferente dele”. Essa formulação reforça que o signo não se confunde com o objeto que representa, mas funciona como instância mediadora, capaz de atualizar sentidos a partir de repertórios culturais e cognitivos. Desse modo, a análise semiótica enfatiza não apenas a materialidade do signo, mas, sobretudo, sua capacidade de instaurar processos interpretativos em contextos específicos.

Nesse contexto, ao integrar as definições de Peirce (2005) e os comentários de Santaella (2012), compreende-se que o signo atua mediante a capacidade de substituição e representação, mobilizando sistemas culturais, hábitos sociais e repertórios coletivos. Essa compreensão é decisiva para analisar elementos do cotidiano paraense, como a placa de açai, que, embora simples em sua constituição material, atuam como signos dotados de densidade informacional e cultural.

É nesse âmbito que se insere as três tricotomias peircianas, fundamentais para compreender a articulação entre qualidades perceptivas, ocorrências concretas e convenções culturais.

Peirce (2005, p. 51) observa que:

Os signos são divisíveis conforme três tricotomias; a primeira, conforme o signo em si mesmo por uma mera qualidade. Um existente concreto ou uma lei geral. A segunda, conforme a relação do signo para com seu objeto consistir no fato de o signo ter algum caráter em si mesmo, ou manter alguma relação existencial com esse objeto ou em sua relação com um interpretante; a terceira, conforme seu Interpretante representá-lo como um signo de possibilidade ou como um signo de fato ou como um signo de razão.

Nessa dinâmica, a tríade se apresenta como a unidade mínima e irreduzível da semiose. Enquanto a tradição saussuriana concebe o signo como uma relação binária entre significante e significado, o pensamento peirceano introduz um terceiro elemento, o interpretante, tornando o processo de significação aberto, processual e inesgotável. Conforme o autor, “o signo conduz alguma outra coisa (seu interpretante) a referir-se a um objeto ao qual ele mesmo se refere, de modo idêntico, transformando-se o interpretante, por sua vez, em signo, e assim sucessivamente, *ad infinitum*” (Peirce, 2005, p. 74).

Com essa formulação, institui-se a noção de semiose ilimitada, segundo a qual cada ato interpretativo dá origem a um novo signo, em um encadeamento contínuo de produções de sentido. Afirma-se, com Ibri (2015, p. 52), que o pensamento é essencialmente semiótico e que a semiose configura o modo próprio de relação entre mente e mundo. Dessa forma, compreende-se que o significado não se fixa, mas se refaz incessantemente na cadeia interpretativa que sustenta o próprio ato de conhecer.

A estrutura triádica desdobra-se em três tricotomias fundamentais, correspondentes às categorias fenomenológicas de primeiridade, secundidade e terceiridade. Cada tricotomia oferece uma via distinta de análise do signo: na primeira, observa-se o signo em si mesmo; na segunda, sua relação com o objeto; e na terceira, sua relação com o interpretante. Não se trata de um sistema classificatório, mas de um método que visa compreender o modo como o real se articula em signos, e como os signos, em seu movimento, constroem o real que se conhece.

4.1 A primeira tricotomia: qualissigno, sinsigno e legissigno

Ao observar a primeira tricotomia evidencia-se o modo de ser do signo em si mesmo, anterior a qualquer relação com o objeto ou o interpretante. Essa tricotomia traduz-se, em termos semióticos, as três categorias fenomenológicas formuladas por Peirce (2005), revelando o caráter sistemático de sua teoria.

Nessa perspectiva, o signo pode ser compreendido em sua constituição própria, isto é, como qualissigno, sinsigno e legissigno, permitindo identificar como as dimensões sensíveis, materiais e convencionais se articulam na produção de significados. Tal abordagem insere-se no campo da gramática especulativa, ramo da semiótica que investiga as condições formais da significação e torna possível reconhecer os aspectos que conferem sentido ao signo (Santaella, 2018).

A semiótica de Peirce (2005) organiza-se em três grandes ramos: a Gramática Especulativa (ou Gramática Pura), a Lógica Crítica e a Retórica Especulativa. Cada um desses ramos corresponde a uma dimensão do estudo dos signos:

A gramática especulativa é o estudo de todos tipos de signos e formas de pensamento que eles possibilitam. A lógica crítica toma como base as diversas espécies de signo e estuda os tipos de inferências, raciocínios ou argumentos que se estruturam através de signos. A metodêutica estuda os princípios do método científico, o modo como a pesquisa científica deve ser conduzida e como deve ser comunicada (Santaella, 2018, p. 3-4).

No contexto da primeira tricotomia, a ênfase recai sobre a Gramática Especulativa, por ser o ramo que se ocupa das categorias formais do signo em si, antes de sua relação com a verdade ou com efeitos pragmáticos específicos. Nesse sentido o qualissigno refere-se à qualidade que funciona como signo. Trata-se de um potencial de significação, constituído por propriedades sensíveis como cor, forma ou luminosidade. Para Peirce (2005, p. 52), é “uma qualidade que é um signo”, ainda que precise se concretizar em alguma instância para operar efetivamente. No caso da placa de açaí, o vermelho intenso ou a luz avermelhada noturna exemplificam qualidades que, por si só, despertam reconhecimento cultural imediato.

O sinsigno, por sua vez, refere-se à ocorrência singular e concreta do signo: “um evento existente e real que é um signo” (Peirce, 2005, p. 52). Trata-se, portanto, da manifestação particular de um objeto em determinado tempo e espaço, cuja significação depende da associação com qualidades de um qualissigno. Já o legissigno corresponde a uma lei ou convenção social que confere sentido ao signo, sendo, conforme Peirce (2005, p. 52), “todo signo convencional um legissigno”, pois seu significado decorre de um hábito coletivo ou de uma regra compartilhada.

Assim, ao situar a investigação no campo da gramática especulativa, toma-se a primeira tricotomia como chave de leitura para compreender como um artefato cotidiano, inscrito em repertórios populares, pode operar como mediador da informação. O aparato teórico aqui delineado oferece as ferramentas necessárias para interpretar a placa não apenas como objeto empírico, mas como signo cultural que mobiliza qualidades perceptivas, ocorrências situadas e convenções sociais, consolidando-se como dispositivo simbólico de produção de sentido no contexto amazônico.

4.2 A segunda tricotomia: ícone, índice e símbolo

A segunda tricotomia, conforme delineada por Peirce (2005), diz respeito à forma pela qual o signo se relaciona com o objeto que representa. Enquanto a primeira tricotomia examina o modo de ser do signo em si mesmo, isto é, seu caráter intrínseco como possibilidade, ocorrência ou lei, a segunda desloca o foco para a natureza da referência, para o modo como o signo projeta o objeto em sua estrutura representacional.

Por isso, trata-se, de uma mudança de perspectiva na qual, não se observa mais o signo como ente isolado, mas como mediador entre a experiência e a representação. Peirce (2005, p. 53) esclarece que:

Um Ícone é um signo que se refere ao objeto que denota apenas em virtude de seus caracteres próprios, caracteres que ele igualmente possui quer um tal objeto realmente exista ou não. É certo que, a menos que realmente exista um tal objeto, o Ícone não atua como signo, o que nada tem a ver com seu caráter como signo. Qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei, é Ícone de qualquer coisa, na medida em que for semelhante a essa coisa e utilizada como um seu signo.

A partir dessa definição, compreende-se que o ícone opera por meio da semelhança e da qualidade sensível. Sua função é instaurar uma relação analógica entre o signo e o objeto, de modo que a apreensão do primeiro desperte na mente a imagem do segundo. O ícone, portanto, não depende de convenções ou de hábitos interpretativos, mas da experiência perceptiva que estabelece uma correspondência de forma ou de aparência.

Nesse sentido, o ícone situa-se no domínio da primeiridade, categoria da qualidade pura e da possibilidade. Em Peirce (2005), a primeiridade designa o nível fenomenológico daquilo que é sentido antes de qualquer determinação, o estado inicial da experiência. Assim, quando se observa um mapa, um diagrama, um retrato ou uma pintura realista, percebe-se que o efeito de significação nasce da semelhança visual ou estrutural com o objeto representado.

Conforme interpreta Santaella (2012, p. 100), “o ícone representa por analogia, não por convenção nem por contiguidade, mas porque compartilha qualidades com o objeto”. Essa observação ressalta que a iconicidade não é uma simples imitação, mas um modo de pensamento, isto é, o ícone pensa pela imagem, traduz a relação perceptiva em forma inteligível, tornando visível o que se reconhece pela aparência.

O segundo tipo de signo da tricotomia é o índice, cuja natureza repousa na relação de existência e de contato com o objeto. Diferentemente do ícone, o índice não representa por semelhança, mas por ligação factual. Peirce (2005, p. 53) define:

Um Índice é um signo que se refere ao objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse objeto. [...] Na medida em que o Índice é afetado pelo objeto, tem ele necessariamente alguma qualidade em comum com o objeto, e é com respeito a estas qualidades que ele se refere ao objeto. Portanto, o Índice envolve uma espécie de Ícone, um Ícone de tipo especial; e não é a mera semelhança com seu objeto [...] que o torna um signo, mas sim sua efetiva modificação pelo objeto (Peirce, 2005, p. 53).

Assim, essa relação evidencia o caráter ontológico do índice, entendido como a marca deixada por algo que existiu, o vestígio de uma presença concreta. A relação indexical inscreve-se no domínio da secundidade, isto é, no plano da experiência efetiva, do fato e da resistência. O índice cumpre a função de indicar, apontar ou denunciar uma ocorrência real. A fumaça remete ao fogo porque dele procede; a pegada remete ao animal por ter sido gerada por seu contato; o termômetro indica a temperatura por reagir fisicamente à variação do calor.

Nesses casos, não há convenção nem arbitrariedade, mas efeito e causalidade. Conforme Nöth (2005), os índices apontam para seus objetos, ao passo que os ícones os imitam e os símbolos os convencionam”. Desse modo, o índice apresenta-se como o signo da existência, testemunho da relação entre o mundo e o pensamento, ancorando a semiose no plano do real.

Por conseguinte, o terceiro elemento da tricotomia corresponde ao símbolo, cuja definição repousa na dependência de uma lei, de um hábito interpretativo ou de uma convenção socialmente instituída. Em outros termos, trata-se de um signo cuja significação se estabelece por meio de regras partilhadas e aprendidas no âmbito cultural.

Nesse sentido, Peirce (2005, p. 53) o descreve nos seguintes termos:

Um Símbolo é um signo que se refere ao objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de ideias gerais que opera no sentido de fazer com que o Símbolo seja interpretado como se referindo àquele objeto. Assim, é, em si mesmo, uma lei ou tipo geral, ou seja, um Legissigno. [...] Através da associação ou de uma outra lei, o Símbolo será indiretamente afetado por esses casos, e com isso o Símbolo envolverá uma espécie de Índice, ainda que um Índice de tipo especial.

Nesse contexto, compreende-se, que o símbolo atua no domínio da terceiridade, a esfera da generalização e da regularidade. O símbolo só pode existir em um contexto de cultura e de linguagem, pois depende de hábitos partilhados e de convenções reconhecidas

coletivamente. O alfabeto, as fórmulas matemáticas, os signos jurídicos e os emblemas nacionais são exemplos de símbolos, porque remetem a significados que se constroem e se estabilizam pela repetição e pela aceitação social.

Santaella (2018, p. 98) aprofunda essa leitura ao afirmar que “o símbolo é o signo da cultura: ele existe na medida em que há um sistema de hábitos interpretativos partilhados”. Isso significa que o símbolo é o modo mais sofisticado da semiose, pois organiza o pensamento por meio de regras e princípios de generalização.

A consideração integrada das três categorias sógnicas, ícone, índice e símbolo, permite inferir que, na concepção de Peirce (2005), a representação não se configura como um processo estritamente natural nem como uma construção inteiramente arbitrária. O signo, em sua estrutura triádica, articula distintos graus de iconicidade, indexicalidade e simbolicidade, que se manifestam conforme a função representacional e o contexto de ocorrência.

Desse modo, a significação emerge de uma correlação entre semelhança, contiguidade física e convenção interpretativa, constituindo um sistema relacional de alta complexidade. Conforme sintetiza Liszka (1996, p. 84), “todo signo concreto contém, em alguma medida, aspectos icônicos, indexicais e simbólicos; o que muda é o grau de predominância de cada um”. Assim, o modelo sógnico formulado por Peirce deve ser compreendido como uma lógica processual da representação, na qual o sentido resulta da interação dinâmica entre os componentes ontológicos, relacionais e interpretativos do signo.

4.3 A terceira tricotomia: rema, dicente e argumento

A terceira tricotomia refere-se ao modo como o signo se apresenta ao seu interpretante, isto é, ao modo de ser interpretado. Enquanto a primeira tricotomia diz respeito ao ser do signo em si e a segunda ao modo como ele representa o objeto, esta terceira volta-se à dimensão interpretativa do signo, correspondendo, portanto, à maneira como o signo é compreendido e processado pela mente.

De acordo com Peirce (2005, p. 53), na terceira tricotomia o signo pode assumir a forma de rema, dicente ou argumento, categorias que expressam diferentes níveis de complexidade na relação entre o signo e seu interpretante. Nesse contexto, inicia-se pela análise do rema, entendido como o nível mais elementar dessa hierarquia interpretativa.

Um Rema é um signo que, para seu interpretante, é um signo de possibilidade qualitativa, ou seja, é entendido como representando esta e aquela espécie de

objeto possível. Todo Rema propiciará, talvez, alguma informação, mas não é interpretado nesse sentido. (Peirce, 2005, p. 54).

Com base nessa definição, compreende-se que o rema situa-se no domínio da primeiridade, esfera da qualidade e da possibilidade. Considera-se que esse tipo de signo apresenta o objeto como algo possível, uma ideia ainda não afirmada nem negada. Sua natureza é essencialmente potencial, pois oferece ao intérprete uma imagem ou predicação que pode vir a ser verdadeira ou falsa, mas que, em si mesma, não implica juízo.

Entende-se, assim, que o rema constitui a base da significação proposicional, apresentando-se como a forma elementar do sentido ainda não comprometido com a realidade factual. Podem ser identificados como exemplos de rema as palavras isoladas, os adjetivos ou as expressões nominais, visto que nomeiam qualidades ou propriedades possíveis sem afirmar a existência do objeto a que se referem.

Na sequência, Peirce (2005, p. 53) define o dicente (ou dicissigno) como signo que expressa a existência de algo real:

Um signo dicente é um signo que, para seu interpretante, é um signo de existência real. Portanto, não pode ser um ícone, o qual não dá base para interpretá-lo como sendo algo que se refere a uma existência real. Um dicissigno necessariamente envolve, como parte dele, um rema para descrever o fato que é interpretado como sendo por ela indicado. Mas este é um tipo especial de rema, e, embora seja essencial ao dicissigno, de modo algum o constitui. (Peirce, 2005, p. 54).

Compreende-se, portanto, que o dicente situa-se no domínio da secundidade, esfera da existência e do fato. O dicente é o signo que enuncia, que afirma ou nega algo, estabelecendo uma relação entre signo e realidade. Ele possui uma estrutura proposicional, pois envolve um sujeito e um predicado, e sua função é apresentar uma ocorrência como existente.

As proposições e as frases assertivas são exemplos de signos dicentes, uma vez que declaram a existência ou a veracidade de uma relação. Para Peirce, o dicente corresponde ao nível em que o signo se torna enunciado, isto é, quando o pensamento se vincula a um acontecimento possível no mundo.

Por conseguinte, Peirce (2005, p. 53) caracteriza o argumento como o signo que representa uma lei ou regra geral:

Um argumento é um signo que, para seu interpretante, é signo de lei. Podemos dizer que um rema é um signo que é entendido como representando seu objeto apenas em seus caracteres; que um dicissigno é um signo que é entendido como representando seu objeto com respeito à existência real; e que um argumento é um signo que é entendido como representando seu objeto em seu caráter de signo. (Peirce, 2005, p. 53).

Nesse sentido, o argumento inscreve-se no domínio da terceiridade, a esfera da generalização, da regularidade e da racionalidade. É o signo que não apenas descreve ou aponta, mas que demonstra, justifica ou explica. O argumento é o signo do pensamento lógico, aquele que organiza as relações entre signos em um encadeamento racional, produzindo inferência. Silogismos, raciocínios dedutivos, leis científicas e demonstrações matemáticas exemplificam esse tipo de signo, pois representam relações de necessidade. Em Peirce, o argumento é o ponto culminante da semiose: nele, o pensamento adquire estrutura normativa e o signo expressa a lei que governa sua própria produção.

As três tricotomias, qualissigno, sinsigno e legissigno; ícone, índice e símbolo; rema, dicente e argumento, articulam-se como um sistema integrado, em que cada dimensão corresponde a um eixo da semiose. O rema apresenta a qualidade possível, o dicente manifesta o fato existente e o argumento expressa a lei que rege a razão. Assim, a estrutura triádica peirceana não se apresenta apenas como uma classificação, mas como uma ontologia da significação, na qual se compreende que o signo reflete a própria estrutura da realidade.

Peirce (2005) observa que as tricotomias dos signos mantêm correspondência direta com as categorias universais do ser, o que evidencia que a estrutura sígnica reflete a própria organização ontológica da realidade. A forma do signo, nesse sentido, não é arbitrária, mas reproduz a forma do real em suas dimensões fundamentais de qualidade, existência e lei.

De modo complementar, Santaella (2018) interpreta as tricotomias como um sistema interligado, estruturado em espiral, no qual cada signo participa simultaneamente dessas três dimensões ontológicas. Para a autora, todo signo manifesta-se como qualidade, existência e lei; representa seu objeto com base na semelhança, na contiguidade ou na convenção; e é interpretado sob as categorias da possibilidade, do fato e da razão, o que reforça o caráter dinâmico e processual da semiose.

Em perspectiva convergente, Ibri (2015) compreende a arquitetura triádica de Peirce como um modelo epistemológico de apreensão do real. Para o autor, a semiose constitui o próprio modo pelo qual a mente apreende a realidade, avançando do sentimento para a experiência e, desta, para a formulação racional das leis que organizam o pensamento.

Dessa forma, compreende-se que a convergência das três tricotomias constitui o núcleo da teoria peirceana do signo. Nelas se revela a concepção de que o pensamento é, essencialmente, um processo de mediação simbólica e que todo conhecimento é fruto da articulação entre sentir, experimentar e raciocinar. Conforme expõe Nöth (2005), a teoria

das tricotomias constitui o núcleo da semiótica peirceana, por concentrar a lógica que organiza o universo dos signos e explicitar as diferentes formas de mediação que nele se estabelecem. Nessa perspectiva, o signo realiza sua função mais profunda ao atuar como mediador entre a experiência sensível, o fato e a razão, possibilitando que o mundo se torne inteligível por meio do processo semiótico.

Portanto, ao compreender o signo como instância de mediação entre a experiência e o fato, bem como a lei, torna-se possível aproximar essa lógica da mediação da informação, que também atua pela articulação entre sujeitos, signos e contextos socioculturais.

5 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS

A discussão contemporânea acerca da mediação da informação concentra-se em um processo contínuo e de natureza complexa, que não se restringe à simples disponibilização de conteúdos informacionais ou à interação em ambientes específicos, mas que envolve, de modo mais amplo, as experiências intersubjetivas estabelecidas entre indivíduos, seus pares sociais e os objetos informacionais com os quais interagem em distintos contextos socioculturais (Castro, 2025).

Reconhece-se que a informação, nesse contexto, deixa de ser concebida como dado estático e passa a ser entendida como fenômeno mediador, que adquire significado na interação entre sujeitos, objetos e contextos. Ao interpretar, selecionar e atribuir sentido ao que se recebe do mundo, estrutura-se o processo pelo qual a informação se transforma em conhecimento, sendo permanentemente filtrada pelas referências históricas, culturais e cognitivas de cada coletividade. Assim, compreende-se a mediação não como um simples mecanismo transmissivo, mas como prática simbólica e discursiva orientada à construção de significados compartilhados. Como enfatiza Almeida Júnior (2015):

As informações que recebemos do mundo, sejam elas mediadas por terceiros ou sensoriais [...] nos levam a um entendimento, mesmo que inconsciente, desse mundo. Entendemos, aceitamos e nos posicionamos contrários, fazemos críticas, apoiamos ações, seguimos tendências sempre com base nas análises que nos permite relação com o mundo (Almeida Júnior, 2015, p. 12).

A mediação, nesse sentido, não pode ser concebida como neutra, uma vez que envolve operações de interpretação, filtragem e atribuição de sentido, sempre condicionadas pelos repertórios culturais, históricos e cognitivos de cada comunidade. A compreensão da realidade, portanto, não emerge de maneira imediata ou imparcial;

constitui-se, antes, como resultado de um esforço ativo de construção de significados, sustentado pelas experiências individuais, pelo contexto sociocultural e pelas capacidades analíticas mobilizadas pelos sujeitos.

Nessa linha de raciocínio, a informação assume a condição de mediadora, pois não coincide com o objeto a que remete, mas o representa sob ângulos específicos, possibilitando a emergência de sentidos partilhados coletivamente. Do mesmo modo, os dados de ordem sensorial atuam como signos, isto é, como elementos que evocam, indicam ou simbolizam aspectos do mundo sem se confundirem integralmente com os objetos que representam.

A mediação da informação, vista por essa perspectiva, deixa de ser um simples canal entre emissor e receptor e passa a constituir-se como o próprio processo de produção de sentido. Como observa Savan (1987), a mediação é o signo em ação, a instância que torna possível a comunicação ao interpor-se entre o objeto e a mente. Nesse sentido, a placa de açaí é simultaneamente mensagem e mediadora: transforma práticas comerciais em práticas culturais, inscreve o cotidiano na linguagem e traduz a vida social em código.

De acordo com Peirce (2005, p. 51), o signo é “aquilo que está no lugar de alguma coisa para alguém, sob algum aspecto ou capacidade”. Nessa concepção, a significação não é um reflexo direto da realidade, mas o resultado de uma operação mediada. O signo é, portanto, o próprio mediador: o que se interpõe entre um objeto e uma mente, tornando possível a produção de sentido.

No âmbito da Ciência da Informação, essa formulação encontra correspondência na concepção de Almeida Júnior (2015, p. 25), conforme o autor:

Toda ação de interferência, realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando à apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional.

Essa definição evidencia que a mediação é, ao mesmo tempo, prática e processo, ato e estrutura, atuação técnica e fenômeno cultural e social. A concepção de Almeida Júnior (2015) desloca a noção de mediação de um simples canal transmissivo para um campo de interferências informacionais, isto é, para um processo dinâmico de produção de sentidos e de ressignificação contínua.

Em convergência, Silva (2015, p. 103) define a mediação como:

Um conjunto de práticas construtivas de intervenções e interferências regidas por intencionalidades, normas/regras, correntes teórico-ideológicas e crenças

concebidas pelo profissional da informação em interação com os usuários no âmbito de suas realidades cotidianas e experienciais.

Ambas as formulações destacam o caráter processual e situado da mediação, entendida como prática de interação simbólica que visa à apropriação e não apenas ao acesso da informação. Ao se considerar o signo sob a perspectiva de Peirce (2005), observa-se que a própria semiose, isto é, o processo pelo qual um signo gera outro signo é uma forma de mediação da informação. Tal concepção aproxima-se a semiótica peirceana da teoria da mediação da informação formulada por Almeida Júnior (2015), para quem mediar é “atribuir sentido às informações recebidas do mundo.

A mediação da informação deve, assim, ser compreendida como processo de produção de sentido instaurado na interação entre sujeito, signo e contexto. Tal dinâmica demonstra que o conhecimento se encontra sempre permeado por filtros simbólicos, expressos nas formas de representação presentes nas práticas culturais e no cotidiano social.

Desse modo, ao se reconhecer que as informações sensoriais conduzem os sujeitos a determinadas compreensões, evidencia-se o papel estruturante dos signos como unidades de significação capazes de organizar e orientar a leitura da realidade.

O signo é uma coisa que representa uma outra coisa: seu objeto. Ele só pode funcionar como signo se carregar esse poder de representar, substituir uma outra coisa diferente dele. o signo não é o objeto. Ele apenas está no lugar do objeto. Portanto, ele só pode representar esse objeto de um certo modo e numa certa capacidade (Santaella, 2012, p. 90)

Nesse sentido, práticas cotidianas, como o uso da placa de açaí no contexto amazônico paraense, exemplificam de forma concreta como a mediação da informação opera no plano cultural. Ao sinalizar a venda do fruto por meio de códigos visuais e convencionais, a placa funciona como signo mediador que organiza percepções, orienta ações e faz circular sentidos partilhados pela comunidade, articulando materialidade, simbolismo e identidade regional.

Além disso, a própria concepção de mediação, como lembra Peirce (2005, p. 15), “origina-se da consciência plural ou sentido de aprendizado”. Essa afirmação reforça que a mediação está enraizada na capacidade humana de aprender em comunidade, de construir sentidos a partir de interações sociais e de múltiplas linguagens. Em outras palavras, a mediação não se restringe a um simples meio de transmissão de informação, mas implica

um processo formativo e intersubjetivo, no qual os sujeitos participam ativamente da criação de significados.

Sob esse prisma, torna-se perceptível sua estreita relação com os signos, uma vez que ela se manifesta em fenômenos complexos e multifacetados, nos quais os sujeitos são continuamente mediados por uma diversidade de signos. Nesse contexto, os sujeitos interpretam, interagem e constroem sentido a partir das informações que recebem, evidenciando o caráter ativo, dinâmico e situacional da mediação da informação em seus cotidianos.

Como afirma Santaella (2012):

O nosso estar-no-mundo, como indivíduos sociais que somos, é mediado por uma rede intrincada e plural de linguagem, isto é, que nos comunicamos também através da leitura e/ou produção de formas, volumes, massas, interações de forças, movimentos; que somos também leitores e/ou produtores de dimensões e direções de linhas, traços, cores... Enfim, também nos comunicamos e nos orientamos através de imagens, gráficos, sinais, setas, números, luzes...Através de objetos, sons musicais, gestos, expressões, cheiro e tato, através do olhar, do sentir e do apalpar. Somos uma espécie animal tão complexa quanto são complexas e plurais as linguagens que nos constituem como seres simbólicos, isto é, seres de linguagem (Santaella, 2012, p. 14).

Nesse contexto, embora atuem em campos distintos, Almeida Júnior (2015) e Santaella (2012) apresentam perspectivas convergentes sobre a mediação, o que é interessante ressaltar, pois evidencia que, independentemente da área de estudo, a compreensão da relação entre sujeitos e mundo passa pela mediação de signos e linguagens.

Almeida Júnior enfatiza que os sujeitos estão continuamente na “relação com o mundo” (2015, p.12) mediados pelas informações que recebem, enquanto Santaella (2012, p. 14) destaca que nosso “estar-no-mundo”, como indivíduos sociais, é constituído por uma rede intrincada e plural de linguagens, nas quais somos simultaneamente leitores e produtores.

Ao articular essas perspectivas à semiótica, percebe-se que a mediação da informação se manifesta por meio de signos, que permitem aos sujeitos interpretar, interagir e construir sentido a partir das experiências informacionais, evidenciando o caráter plural, dinâmico e culturalmente situado da mediação.

Dessa forma, cada experiência informacional atua como um elemento mediador de sentidos, orientando a percepção, a construção de significados e a circulação cultural dentro de uma comunidade, ao mesmo tempo em que evidencia como determinados significados são reforçados ou legitimizados.

Uma vez que, “a vida é atravessada de inúmeras ações mediadoras que delineiam as estradas dos sentidos do viver com o outro em sociedade” (Dunker *et al*, 2020, p. 7). Nesse cenário, a placa de açaí é exemplar: um objeto simples, mas carregado de significados compartilhados, que evidencia como a mediação informacional é situada, histórica e culturalmente enraizada. Ao mobilizar códigos visuais e convencionais, a placa conecta produtores e consumidores, organiza práticas sociais e reforça a identidade cultural paraense, mostrando como os signos, no cotidiano, operam como verdadeiros mediadores de sentido.

Conforme apontam Sanches e Rio (2010), a mediação caracteriza-se como prática ativa, capaz de estabelecer conexões significativas entre sujeitos e informação. Essa prática está profundamente vinculada à criação de significados, que emergem das interações sociais e das dinâmicas culturais (Silva; Gomes, 2015). É, portanto, fundamental reconhecer as especificidades que envolvem as diferenças entre comunidades, experiências culturais e conflitos próprios de cada contexto, entendendo que a mediação não é neutra, mas sempre situada e condicionada pelos elementos simbólicos e históricos presentes no ambiente dos sujeitos.

Nessa direção, Perez e Trindade (2020) destacam que a mediação molda os significados atribuídos às vivências, sendo o conhecimento construído por meio das interações entre pessoas e das trocas que essas relações possibilitam.

Almeida Júnior (2009, p. 97) complementa ao defender que “a mediação da informação requer uma concepção de informação que desloque o usuário da posição de mero receptor, colocando-o como ator central no processo de apropriação”. A noção de “usuários”, pode ser ampliada para a ideia de sujeitos que não apenas recebem informações, mas também constroem significados e representam aquilo que consideram relevante no mundo.

A mediação da informação, assim, envolve um processo ativo de seleção, interpretação e transformação dos conteúdos recebidos, evidenciando que informação e significado são construídos socialmente e atravessados por experiências culturais, sensoriais e cognitivas.

Com isso, acompanha-se a complexidade das dinâmicas de sentidos, semânticas e pragmáticas que compõem o verdadeiro sentido da mediação. Mediar, no seu sentido atual, extrapola a ideia de um simples “meio” de interação; corresponde ao ato de experimentar a sociedade complexa e plural por meio das realidades semióticas, em que os signos

representam as fronteiras históricas, socioculturais e espaciais de uma comunidade (Perez; Trindade, 2020).

Mediar é, portanto, vivenciar no contexto do domínio do sujeito: não apenas aproximar-se, mas buscar os fundamentos de um compartilhamento intersubjetivo no qual a essência do contexto situado seja analisada, apreendida, praticada e evidenciada como representação coletiva. Como lembra Escobar (2010), a experiência ensina a ver o local de uma perspectiva específica, com determinado nível de envolvimento, para nos relacionarmos com a vida cotidiana; a identidade, nesse sentido, é construída, não estática.

Esses fundamentos teóricos permitem compreender a placa de açaí como caso paradigmático de mediação informacional, cuja análise, a seguir, será desenvolvida à luz das três tricotomias peirceanas, de modo a articular as dimensões qualitativa, relacional e interpretativa do signo.

6 ANÁLISE E RESULTADOS

A partir das ilustrações reunidas e do contexto cultural exposto na Seção 2, associados ao referencial teórico discutido na Seção 3 e 4, realiza-se a interpretação semiótica da placa de açaí. Esta leitura, agora ancorada nas três tricotomias peirceanas, busca evidenciar como as dimensões qualitativas, existenciais e convencionais do signo se articulam aos modos de produção de sentido e à mediação da informação. Tal ampliação analítica permite reconhecer que a significação da placa não se esgota na primeira tricotomia, mas se expande nas relações com o objeto (ícone, índice, símbolo) e com o interpretante (rema, dicente e argumento).

Ao situar o objeto empírico nesse quadro mais abrangente, observa-se que a placa de açaí atua como um sistema sígnico integrado, em que a cor, a materialidade e a convenção cultural interagem em múltiplos níveis de mediação e interferência. Assim, o vermelho luminoso, que inicialmente se apresenta como qualissigno, adquire estatuto icônico por semelhança com o fruto, indicial pela relação factual com sua presença efetiva e simbólico pela associação socialmente consolidada que o identifica como sinal de venda. A significação, portanto, não reside na cor isolada, mas na rede de relações culturais e perceptivas que a transformam em signo mediador de informação.

Essa abordagem também requer considerar o papel do interpretante. O impacto sensorial do vermelho corresponde ao rema, isto é, ao signo de possibilidade qualitativa, que apenas sugere algo. Quando o sujeito o reconhece como indicação de açaí disponível,

estabelece-se o dicente, pois há a afirmação de um fato: “açai à venda”. Por fim, quando essa prática se institucionaliza e se repete socialmente, configurando uma regra interpretativa, manifesta-se o argumento, signo da lei, no qual o código “placa vermelha é igual a açai” tornando-se parte da cultura local. Essa gradação interpretativa confirma a observação de Nöth (2005) de que as tricotomias formam um continuum de mediações, no qual o pensamento transita da sensação à razão, da qualidade à convenção.

Dessa forma, a análise dos resultados deve ser compreendida como um movimento progressivo da primeiridade à terceiridade, revelando que a placa de açai não é apenas um artefato visual, mas um processo comunicativo completo, que se inicia na percepção sensível, concretiza-se na experiência e culmina na regra cultural compartilhada.

6.1 Análise semiótica da placa do Açai à luz da teoria de Peirce

A análise da placa de açai no contexto amazônico paraense, permite compreender a complexidade dos processos de significação que atravessam o cotidiano e estruturam as práticas comunicativas locais. Ao ser examinada à luz das três tricotomias do signo, a placa revela uma cadeia contínua de mediações em que qualidade, existência e lei se articulam em níveis crescentes de abstração. Esse percurso demonstra que o signo não se limita à aparência sensível do objeto, mas se constitui como um sistema dinâmico que mobiliza percepção, experiência e convenção, integrando dimensões cognitivas, sociais e simbólicas. O exame sistemático das tricotomias: qualissigno, sinsigno e legissigno; ícone, índice e símbolo; rema, dicente e argumento. Permite compreender a placa do açai como signo pleno, capaz de condensar em sua materialidade o movimento que vai da sensação à razão, da experiência concreta à cultura partilhada

Na definição clássica de Peirce (2005, p. 51), segundo a qual o signo é “aquilo que está no lugar de alguma coisa para alguém, sob algum aspecto ou capacidade”, já contém a semente de uma epistemologia da mediação. O signo não é uma entidade isolada, mas uma relação triádica entre o representamen, o objeto e o interpretante. A significação surge, portanto, da operação relacional, não da substância do signo. Aplicada ao caso da placa de açai, essa concepção conduz à compreensão de que o signo não se reduz a um artefato visual, mas realiza uma função mediadora entre experiência sensorial, contexto social e interpretação cultural. Assim, a placa não é apenas um enunciado gráfico, mas um mediador da informação que condensa, em sua materialidade, dimensões estéticas, pragmáticas e simbólicas.

No primeiro nível de análise, correspondente à primeiridade, a placa apresenta-se como pura qualidade sensível, um conjunto de impressões que incidem diretamente sobre a percepção visual. A cor vermelha, a luminosidade que se difunde nas noites de Belém e o contraste das letras brancas sobre o fundo pintado configuram o campo de qualidades que fundamenta a experiência visual do observador. Nessa fase inicial da semiose, o signo ainda não é reconhecido como representação de algo; ele se manifesta como estímulo, cor e forma, atuando sobre os sentidos de maneira imediata. Nesse estágio, o vermelho, não é signo do açaí nem anúncio de venda; é uma tonalidade que afeta o olhar, desperta atenção e provoca sensação de presença. A primeiridade corresponde, assim, ao momento de impacto perceptivo em que a qualidade se oferece como possibilidade de sentido, sem ainda ser organizada por convenções.

Nos termos peirceanos, a percepção efetiva do que a placa representa supõe uma relação colateral com seu objeto, isto é, familiaridade prévia com o contexto e com os hábitos culturais pertinentes, condição sem a qual não se atualiza a referência do signo na experiência. As qualidades sensíveis do qualissigno manifestam-se nesse contato direto com o mundo. São propriedades perceptivas isoladas, mas que se apresentam como possibilidades de significação, circunscritas ao domínio da primeiridade. O qualissigno é a condição de possibilidade da comunicação, pois torna perceptível o que, em seguida, será compreendido como signo. A cor intensa e a luz avermelhada das garrafas noturnas configuram a primeira camada da experiência sógnica: o plano das qualidades que chamam, seduzem e preparam o terreno para o reconhecimento cultural.

O segundo nível, o da secundidade, corresponde à passagem do possível ao existente. Nesse ponto, o signo deixa de ser pura qualidade e assume forma concreta, manifestando-se no tempo e no espaço. Cada placa observada, seja pintada à mão, recortada em alumínio, seja improvisada com garrafa plástica e lâmpada, constitui-se um sinsigno, isto é, uma ocorrência singular que atualiza o potencial do qualissigno. A materialidade do objeto introduz resistência e presença, convertendo a sensação em experiência. O vermelho, antes mera cor, torna-se superfície visível e tangível; a luz, antes qualidade difusa, transforma-se em claridade localizada, percebida como indício de atividade. O sinsigno introduz o signo no mundo dos fatos, no espaço da existência empírica.

Ao percorrer as ruas e feiras de Belém do Pará, o observador encontra múltiplos sinsignos que repetem o mesmo tipo geral. Cada ocorrência física, ainda que ligeiramente distinta, confirma a associação entre o objeto e a prática social da venda do açaí. A

secundidade, portanto, é o momento em que o signo se ancora na realidade cotidiana. Ele não é apenas percebido, mas vivido: está nas fachadas das casas, nas esquinas, nos becos e nas embarcações que chegam das ilhas. O signo torna-se parte do ambiente e participa ativamente da economia simbólica do lugar. A recorrência dessas manifestações materiais consolida o vínculo entre o signo e o objeto, reforçando a experiência social que sustenta a convenção.

O terceiro nível, o da terceiridade, representa a consolidação da convenção interpretativa. Aqui, o signo ultrapassa sua existência individual e converte-se em regra compartilhada. O legissigno corresponde à lei que confere estabilidade à significação: é o hábito social que permite reconhecer, em qualquer placa vermelha, o mesmo significado coletivo. Nesse estágio, o signo deixa de depender da percepção imediata e da presença física do objeto, pois o sentido já está internalizado como conhecimento cultural. A comunidade interpreta automaticamente a presença da placa como sinal de venda do fruto, sem necessidade de mediação verbal. A convenção transforma o gesto individual de pintar uma placa em linguagem comum. O legissigno garante que o sistema se reproduza e se mantenha inteligível entre os membros da comunidade, convertendo a experiência em norma.

Esses três níveis, isto é, qualidade, existência e lei, compõem o ciclo fundamental da significação, no qual o signo transita das qualidades perceptivas às convenções simbólicas. Entretanto, o processo torna-se mais complexo quando se observa a natureza da relação entre o signo e o objeto, conforme descrito pela segunda tricotomia. Nela, a análise desloca-se do ser do signo para o modo como ele representa o objeto, revelando as formas pelas quais a percepção sensível se articula à referência concreta e à convenção simbólica. A placa de açaí, nesse sentido, é simultaneamente ícone, índice e símbolo, dependendo do aspecto que se observa.

A iconicidade manifesta-se na semelhança perceptiva. O vermelho da placa remete por semelhança à cor da polpa do açaí, caracterizando iconicidade enquanto correspondência de qualidades perceptivas, sem introduzir, nesse ponto, efeitos interpretativos de outra ordem. Essa semelhança é suficiente para despertar a imagem do fruto na mente do observador, mesmo que o objeto não esteja visível. O ícone atua, portanto, pela correspondência sensorial, pela analogia entre forma e conteúdo. Essa dimensão reforça o vínculo entre natureza e cultura, entre o fruto e sua representação urbana. A cor, que nasce da experiência sensorial, torna-se signo pela semelhança que estabelece com o objeto natural.

O índice, por sua vez, opera pela contiguidade factual. A presença da placa não apenas se assemelha ao fruto, mas indica sua disponibilidade concreta. Quando a placa está exposta, há açaí; quando retirada, a oferta cessou. A relação é causal: o signo é consequência direta da existência do objeto. Essa ligação estabelece um elo de realidade entre o símbolo visual e o evento social que ele comunica. O índice é o signo da presença, o testemunho do fato. Ele ancora o processo semiótico no mundo empírico e garante sua eficácia comunicativa. A comunidade reconhece o sinal não apenas como representação, mas como evidência de que o produto está disponível.

Já o símbolo atua no domínio da convenção. Ele não depende nem da semelhança nem da contiguidade, mas da regra cultural que associa um determinado sinal a um significado compartilhado. O símbolo é o signo do hábito e da memória coletiva. No caso da placa de açaí, o símbolo é o código social que transforma a cor vermelha em mensagem inteligível. Mesmo na ausência de texto, o observador sabe o que o sinal significa. Essa estabilidade simbólica é produto da repetição e da partilha de experiências, que consolidam o vínculo entre forma e sentido. O símbolo é, assim, a expressão da terceiridade aplicada à relação signo–objeto: o momento em que o signo se torna linguagem.

A integração entre ícone, índice e símbolo mostra que a placa de açaí é um sistema de signos híbrido, no qual diferentes modos de representação coexistem. O vermelho é, ao mesmo tempo, qualidade perceptiva, indício de presença e convenção cultural. O signo não se fixa em um único nível, mas transita entre eles conforme a situação. Essa multiplicidade garante sua eficácia comunicativa, permitindo que diferentes sujeitos, com diferentes repertórios, possam compreendê-lo. O visitante pode reconhecer a cor por semelhança; o morador a interpreta por convenção; o vendedor a utiliza como índice de oferta. A placa, portanto, é um dispositivo semiótico total, capaz de operar em todos os níveis da significação.

A terceira tricotomia acrescenta a dimensão interpretativa ao sistema. Ela descreve o modo como o signo se apresenta ao interpretante, isto é, ao efeito que produz na mente do observador. No primeiro momento, a placa atua como rema: oferece uma qualidade possível, uma sugestão sensorial. O olhar capta o vermelho e associa-o a algo potencialmente significativo, mas sem formular ainda um juízo. Trata-se de uma possibilidade aberta, um convite à interpretação. O rema é o estágio da hipótese, o campo das inferências iniciais em que o sentido é apenas intuído.

No segundo momento, a percepção converte-se em afirmação. O sujeito reconhece o sinal como indicador de um fato: há açaí disponível. O signo transforma-se em dicente,

pois passa a representar uma existência real. Essa passagem marca o ponto em que a informação se completa, pois o observador não apenas sente, mas compreende e age. O dicente é o nível pragmático da semiose: traduz o signo em conhecimento útil, que orienta a conduta. A placa não é apenas vista; é lida como proposição e produz efeito no comportamento.

Quando a leitura 'há açaí à venda' se efetiva na situação concreta, trata-se do efeito do interpretante dinâmico, isto é, do efeito atual do signo sobre o intérprete na ocorrência empírica; a estabilização do hábito interpretativo, por sua vez, é do escopo do interpretante final, enquanto ideal normativo.

O argumento representa a culminância do processo interpretativo. Ele corresponde à internalização da lei que governa a relação entre signo e significado. O observador não precisa mais verificar o fato concreto para compreender a mensagem; a convenção já está assimilada como regra. Sempre que avista a placa vermelha, o sujeito sabe que ela significa açaí à venda. O argumento é a sedimentação racional da experiência, isto é, é a compreensão reflexiva de que o signo funciona conforme uma norma social. Nesse ponto, a semiose atinge sua maturidade, transformando a percepção em hábito e o hábito em cultura.

O percurso que vai do rema ao argumento reproduz, em escala interpretativa, o mesmo movimento que se observa nas demais tricotomias: da qualidade à lei, do sensível ao racional. O sistema é, portanto, auto-similar; cada nível repete, de modo particular, a estrutura geral do signo. Essa recorrência demonstra que a semiose é um processo orgânico e espiralado, em que cada instância prepara e contém a seguinte. A placa do açaí é exemplar porque condensa em um único artefato os nove modos fundamentais da significação, articulando-os em um ciclo contínuo de produção de sentido.

Ao se observar a interação entre as tricotomias, compreende-se que o signo, longe de ser um instrumento estático, é uma operação em movimento. O qualissigno corresponde à sensação inicial da cor; o ícone traduz essa qualidade em semelhança perceptiva; o rema oferece a possibilidade de interpretação. O sinsigno concretiza o signo no espaço; o índice confirma sua relação com o objeto; o dicente transforma a percepção em afirmação. O legissigno consolida a convenção; o símbolo generaliza o sentido; o argumento estabelece a lei que sustenta a interpretação. Cada um desses níveis não existe isoladamente, mas em interdependência. O sentido se produz pela continuidade entre eles, e não pela soma de partes.

Assim, a placa do açaí torna-se um exemplo paradigmático de como a informação circula em contextos culturais populares. O processo informacional não se limita à transmissão de conteúdos explícitos, mas envolve a constituição de formas simbólicas que organizam a experiência. A cor, a forma e a luz são signos porque instauram mediações entre o mundo físico e o universo social. O ato de expor a placa é também um ato de comunicação e de pertencimento. O vendedor, ao afixá-la, inscreve-se em uma tradição e participa de uma rede de significados coletivos. O consumidor, ao reconhecê-la, atualiza esse código e reafirma a continuidade da prática. A informação emerge do encontro entre percepção, convenção e ação.

Esse sistema de significações revela a profundidade cultural de práticas aparentemente simples. A placa do açaí não é apenas um anúncio comercial, mas um signo total que expressa o modo como a comunidade organiza seus fluxos de informação e reconhece seus próprios códigos. Sua eficácia decorre justamente da integração entre os planos da sensibilidade e da racionalidade, do concreto e do simbólico. O signo é simultaneamente expressão estética, instrumento pragmático e norma cultural. Ele comunica, orienta e representa. Ao ser analisado de modo sistemático, evidencia-se que cada dimensão da tricotomia contribui para a construção do sentido, revelando que a mediação da informação é um fenômeno que se dá na própria estrutura do signo.

A trajetória da semiose na placa de açaí demonstra, portanto, que a significação é um processo progressivo e cumulativo. O vermelho sentido como qualidade é o primeiro passo de uma cadeia interpretativa que culmina na convenção social. A cada repetição, o signo reafirma sua função comunicativa e reforça os laços simbólicos da comunidade. O ato de acender a garrafa luminosa à noite não é apenas uma ação prática, mas a atualização de um código cultural; o gesto de reconhecer a luz ao longe não é apenas percepção, mas interpretação mediada por hábitos coletivos. O signo e a cultura se constituem mutuamente, e é nessa reciprocidade que a informação se torna partilhável.

Portanto, a análise sistematizada das três tricotomias aplicadas à placa do açaí permite afirmar que o signo é, ao mesmo tempo, qualidade que afeta, ocorrência que existe e lei que regula; é semelhança que evoca, indício que atesta e símbolo que representa; é possibilidade que sugere, fato que enuncia e argumento que institui. Cada nível do sistema corresponde a uma dimensão da experiência informacional, e todos convergem na construção de sentidos coletivos. A placa, como signo mediador, traduz a vitalidade de uma cultura que organiza sua comunicação por meio de elementos simples, mas profundamente significativos. Ao compreender essa estrutura, torna-se possível reconhecer que a

mediação da informação não se realiza apenas nos espaços institucionais, mas sobretudo nas práticas cotidianas em que o mundo sensível e o simbólico se encontram e se transformam em linguagem compartilhada. O quadro 1 a seguir sintetiza a análise semiótica e informacional da placa de açaí, articulando as três tricotomias peirceanas sob uma perspectiva informacional.

Quadro 1 – Análise semiótica da placa do açaí segundo as três tricotomias de peirceana

Dimensão	Tricotomias	Placa de Açaí	Função Informacional	Nível de Mediação da Informação
Primeiridade	Qualissigno	Cromaticidade vermelha, contraste das letras brancas e luminosidade noturna.	Atuação como dado sensorial inicial; estímulo perceptivo que inaugura o processo de significação.	Mediação sensorial: percepção direta, pré-cognitiva; a informação existe como potencial comunicativo.
	Ícone	A cor e a forma remetem analogicamente ao fruto do açaí e à textura da polpa.	Cria correspondência analógica entre signo e objeto; reforça a legibilidade visual do sistema.	Mediação estética: reconhecimento pela aparência; tradução visual da qualidade natural do objeto.
	Rema	O vermelho sugere “açaí” sem afirmar; desperta a expectativa da presença do produto.	Oferece o primeiro nível de informação: possibilidade de sentido ainda não factual.	Mediação potencial: informação em estado latente, que prepara a compreensão.
Secundidade	Sinsigno	Placa física de alumínio ou garrafa iluminada, fixada em determinado local e tempo.	Transforma a qualidade em evento concreto; associa o signo à existência do objeto.	Mediação factual: informação empírica e situada, vinculada à presença material.
	Índice	A presença da placa indica “açaí disponível”; sua retirada ou luz apagada indica ausência.	Cria conexão existencial direta entre sinal e fato; orienta a ação do sujeito.	Mediação pragmática: informação operacional; regula comportamento e decisão.
	Dicente	A placa enuncia visualmente “há açaí à venda”, sem necessidade de palavras.	Converte o estímulo em mensagem assertiva; a informação torna-se factual.	Mediação comunicativa: informação declarada; estabelecimento da mensagem pública.
Terceiridade	Legissigno	Convenção social de que a placa vermelha, com ou sem inscrição, significa a venda do açaí.	Estabiliza a interpretação; institucionaliza a relação signo-significado.	Mediação cultural: informação normativa; compartilhamento de códigos sociais.
	Símbolo	O vermelho torna-se código cultural; o sinal é reconhecido independentemente de variações formais.	Permite a previsibilidade interpretativa; garante a inteligibilidade coletiva.	Mediação simbólica: integração entre percepção, experiência e cultura.
	Argumento	A prática reiterada de interpretar a placa como sinal de venda forma um hábito social estável.	Institui a racionalidade do sistema: o signo passa a justificar e regular comportamentos.	Mediação cognitiva: informação estruturada em conhecimento; estabilização do sentido.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as análises desenvolvidas, constatou-se que a placa de açaí constitui um signo cuja complexidade excede a materialidade do artefato e se projeta como mediador simbólico da informação em contextos culturais situados. A análise, conduzida sob o aparato conceitual da semiótica peirceana, permitiu evidenciar que a construção de sentido não se circunscreve ao domínio perceptivo, mas se estrutura em níveis sucessivos de generalização da qualidade sensível à convenção compartilhada. Tal percurso reafirma a tríplice natureza da semiose: fenômeno de experiência, de fato e de lei, conforme a progressão das categorias de primeiridade, secundidade e terceiridade.

A correlação entre as tricotomias, qualissigno, sinsigno e legissigno; ícone, índice e símbolo; rema, dicente e argumento, revelou-se decisiva para compreender a processualidade da significação inscrita nas práticas informacionais populares. O signo, enquanto mediação entre o sensível e o inteligível, expressa a capacidade da cultura de converter impressões particulares em hábitos interpretativos coletivos. Nesse sentido, a placa de açaí reiterada na paisagem urbana paraense, consolida um código de reconhecimento social que integra dimensões de afeto, identidade e pertencimento. Sua recorrência não se reduz a um dado estético, mas constitui evidência empírica de uma racionalidade cultural que organiza a experiência comunicativa da vida cotidiana.

Do ponto de vista teórico, demonstrou-se que a semiótica peirceana oferece um instrumental analítico fecundo para o campo da Ciência da Informação, especialmente quando articulada aos estudos de mediação. Ambas as perspectivas convergem na concepção da informação como fenômeno relacional, dependente de processos de significação que ultrapassam o âmbito das instituições formais. Assim, compreender o signo como instância mediadora implica reconhecer a informação em sua dimensão cultural, enquanto produção intersubjetiva de sentido. Tal deslocamento epistemológico reafirma a pertinência de incluir, na agenda da área, objetos ordinários e linguagens populares como expressões legítimas de organização do conhecimento.

Metodologicamente, a articulação entre a análise semiótica e a abordagem documental-narrativa mostrou-se adequada para apreender as relações entre materialidade, representação e uso. A descrição sistemática das qualidades perceptivas (primeiridade), das ocorrências factuais (secundidade) e das convenções interpretativas (terceiridade) permitiu reconstruir o circuito de produção de sentido da placa de açaí,

evidenciando a coerência entre o plano empírico e o plano conceitual. A adoção dessa estratégia analítica, centrada na coerência interna da semiótica, contribui para o aprimoramento de métodos interpretativos aplicáveis à investigação de artefatos culturais e informacionais.

Reconhece-se, por fim, que o corpus delimitado impõe restrições quanto à generalização dos resultados, mas oferece indicações sólidas para estudos posteriores. Recomenda-se o aprofundamento de pesquisas comparativas, tanto entre diferentes artefatos de comunicação popular quanto entre regiões da Amazônia, de modo a identificar variações semióticas e continuidades culturais. Essas perspectivas podem ampliar a compreensão da informação enquanto prática social e reforçar o papel da semiótica como eixo estruturante para uma teoria ampliada da mediação.

Portanto, a análise empreendida confirma que a placa de açaí, mais do que um objeto de venda, é um dispositivo simbólico de comunicação, cuja permanência na cultura visual amazônica testemunha a vitalidade de formas locais de organização e circulação de sentidos. Ao integrar semiótica e mediação da informação, este estudo contribui para delinear um horizonte teórico em que a informação é compreendida não apenas como dado, mas como experiência interpretativa situada, indissociável das práticas culturais que a produzem e das formas sociais que a sustentam.

REFERÊNCIAS

AÇAÍ DU MEGA. Perfil no Instagram. Disponível em:

https://www.instagram.com/acai_du_mega/. Acesso em: 08 nov. 2025.

ALIÂNÇA AÇAÍ. X (antigo Twitter), 7 fev. 2019. Disponível em:

https://x.com/Acai_Alianca_RM/status/1093634277776986113. Acesso em: 8 nov. 2025.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da Informação e múltiplas linguagens.

Tendências da Pesquisa Científica em Ciência da Informação, v. 2, n. 1, 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina-PR: ABECIN, 2015.

CASTRO, Fábio Fonseca de. Intencionalidade, experiência banal e comunicação. Esboço de prospecção fenomenológica do cotidiano. **Logos**, v. 22, n. 2, 2015.

CASTRO, Jetur Lima de. **Mediação da informação e autorrepresentação**: resistência e emancipação social por meio de interferências nas contranarrativas audiovisuais de

coletivos periféricos. 2025. 317 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2025.

CAVALCANTE, Alcinéa. **Macapá tem!**. Disponível em: <https://www.alcinea.com/macapa/macapa-tem-14>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Narrative Inquiry: experience and story in qualitative research**. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

DUNKER, C. I. L. Mediação na cura psicanalítica e na curadoria empática. *In*: PEREZ, C.; TRINDADE, E. (org.). **Mediações: perspectivas plurais**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2020.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes**. Trad.: Eduardo Restrepo. Bogotá: Envió Editores, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Sabores do Pará**. Online Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2797066790355776&set=pcb.2797067167022405>. Acesso em: 24 ago. 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IBRI, I. A. **Kósmos Noetós: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce**. São Paulo: Paulus, 2015.

LISZKA, J. J. **A general introduction to the semeiotic of Charles Sanders Peirce**. Bloomington: Indiana University Press, 1996.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

NÖTH, Winfried. **Semiótica do século XX**. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

PEIRCE, Charles Sa. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PEREZ, Clotilde; TRINDADE, Eneus. **Mediações Perspectivas plurais**. Barueri – SP: Estação das letras e Cores, 2020.

RIESSMAN, Catherine Kohler. **Narrative Methods for the Human Sciences**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2008.

SAVAN, David. **An introduction to C. S. Peirce's full system of semiotic**. Toronto: Toronto Semiotic Circle, 1987.

SANCHES, G. A. R.; RIO, S. F. Mediação da informação no fazer bibliotecário no âmbito das ações culturais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, 2010.

SANTAELLA, Lucia Santaella. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SANTAELLA, Lucia Santaella. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Cenage Learning, 2018.

SILVA, J. C.; GOMES, H. F. Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 1, p. 157-157, 2015.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: J. CASTRO; OLIVEIRA, A

Coleta de dados: J. CASTRO; OLIVEIRA, A

Análise de dados: J. CASTRO; OLIVEIRA, A

Discussão dos resultados: J. CASTRO; OLIVEIRA, A

Revisão e aprovação: J. CASTRO; OLIVEIRA, A

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Revista Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Patrícia Neubert, Genilson Geraldo, Camila de Azevedo Gibbon, Gilmar Gomes de Barros, Camila de Cássia Brito, Daniela Capri

HISTÓRICO

Recebido em: 14-09-2025

Aprovado em: 03-02-2026

Publicado em: 30-04-2026

Copyright (c) 2026 Jetur Lima de Castro, Alessandra Nunes de Oliveira. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY 4.0\)](#), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria. Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.

